

Ensino da Filosofia e Promoção da Autonomia

Artur Manso

Universidade do Minho – IE
amanso@ie.uminho.pt

Custódia Martins

Universidade do Minho – IE
custodiam@ie.uminho.pt

Resumo – Na presente comunicação propomo-nos analisar o papel da Filosofia, enquanto disciplina obrigatória do 10º e 11º ano dos currículos oficiais do ensino secundário, na promoção da autonomia pessoal e social. Para tanto desenvolveremos a nossa análise na articulação dos seguintes pontos: a Lei de Bases do Sistema Educativo e o ensino da Filosofia; a filosofia no contexto curricular do ensino secundário; o ensino da filosofia e a promoção da autonomia.

Palavras-chave: Educação – Ensino – Filosofia - Autonomia

“Quem pensa segundo a opinião alheia, porque incapaz de reconstituir a ciência, está muito longe de ser um homem livre”

Álvaro Ribeiro

“Estabelecido que a filosofia ensina o homem a pensar por si próprio, a libertar-se do pensamento que lhe é dado por palavras alheias, assunto de opinião, parece lícito dizer que a filosofia está bem adequada à idade da adolescência e que o seu ensino deve ser ministrado no liceu”.

Álvaro Ribeiro

1. A Lei de Bases do Sistema Educativo e o Ensino da Filosofia

O Programa de Filosofia do 10º e 11º Anos do Ensino Secundário sublinha a importância de desenvolver “um pensamento ético e político crítico, responsável e socialmente comprometido, contribuindo para a aquisição de competências dialógicas que predisponham à participação democrática e ao reconhecimento da democracia como referente último da vida comunitária” (Almeida, 2001: 9). No mesmo sentido, o Ponto 4, do Artigo 2º, do Capítulo I, da Lei nº 46/86, de 14 de Outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo) menciona o seguinte:

“O sistema educativo responde às necessidades resultantes da realidade social, contribuindo para o desenvolvimento pleno e harmonioso da personalidade dos indivíduos, incentivando a formação de cidadãos livres, responsáveis, autónomos e solidários e valorizando a dimensão humana do trabalho” (Diário da República, I Série, nº237, de 14 de Outubro de 1986).

Assim, os dois documentos visam o desenvolvimento pessoal e social dos alunos, de modo a formar cidadãos autónomos, intervenientes e que sejam participativos nos assuntos da *Polis*. Neste

contexto, a disciplina de Filosofia assume um papel essencial no Ensino Secundário, pois os seus conteúdos programáticos correspondem ao espírito expresso na referida Lei, a qual, na alínea f) do Artigo 3º, afirma a necessidade de “Contribuir para a realização pessoal e comunitária dos indivíduos...” (ib.).

Já no Capítulo II, da Lei nº 46/86, de 14 de Outubro, referente à organização do sistema educativo, são apresentados, no Artigo 9º, os seis objectivos do ensino secundário:

“a) Assegurar o desenvolvimento do raciocínio, da reflexão e da curiosidade científica e o aprofundamento dos elementos fundamentais de uma cultura humanística, artística, científica e técnica que constituam suporte cognitivo e metodológico apropriado para o eventual prosseguimento de estudos e para a inserção na vida activa; b) Facultar aos jovens conhecimentos necessários à compreensão das manifestações estéticas e culturais e possibilitar o aperfeiçoamento da sua expressão artística; c) Fomentar a aquisição e aplicação de um saber cada vez mais aprofundado assente no estudo, na reflexão crítica, na observação e na experimentação; d) Formar, a partir da realidade concreta da vida regional e nacional, e no apreço pelos valores permanentes da sociedade, em geral, e da cultura portuguesa, em particular, jovens interessados na resolução dos problemas do País e sensibilizados para os problemas da comunidade internacional; e) Facultar contactos e experiências com o mundo do trabalho, fortalecendo os mecanismos de aproximação entre a escola, a vida activa e a comunidade e dinamizando a função inovadora e interventora da escola; f) Favorecer a orientação e formação profissional dos jovens, através da preparação técnica e tecnológica, com vista à entrada no mundo do trabalho; g) Criar hábitos de trabalho, individual e em grupo, e favorecer o desenvolvimento de atitudes de reflexão metódica, de abertura de espírito, de sensibilidade e de disponibilidade e adaptação à mudança” (ib.).

Tendo em consideração estes objectivos, podemos perceber de uma forma bastante clara a pertinência da inserção da disciplina de Filosofia no ensino secundário. O Programa da disciplina apresenta as três funções essenciais da mesma: (i) "permitir a cada um aperfeiçoar a análise das convicções pessoais"; (ii) "aperceber-se da diversidade dos argumentos e das problemáticas dos outros"; (iii) "aperceber-se do carácter limitado dos nossos saberes, mesmo dos mais assegurados" (Almeida, 2001: 5).

2. A Filosofia no contexto curricular do ensino secundário

O ensino da Filosofia no contexto curricular do ensino secundário tem como principal objectivo contribuir para a formação de uma consciência cívica e crítica de todos os jovens, estimulando o sentido da cidadania baseado na autonomia enquanto capacidade de se gerir por leis próprias e na assunção de que nenhum ser finito pode aspirar a uma autonomia absoluta:

“No que respeita à Filosofia, a UNESCO vem solicitando a todos os Estados a introdução ou o alargamento da formação filosófica a toda a educação secundária, considerando substantivo o vínculo entre Filosofia e Democracia, entre Filosofia e Cidadania” (Almeida, 2001: 4).

Para cumprir este desígnio, a UNESCO, em 2002, instituiu a celebração do Dia Internacional da Filosofia na terceira quinta feira do mês de Novembro de cada ano. Desta forma pretende contribuir para a promoção do diálogo entre os povos, levando cada um a participar activamente na sociedade de forma livre e responsável para a tomada de consciência e assunção da Humanidade que nos caracteriza.

A importância do ensino da filosofia na promoção da autonomia verifica-se no carácter de obrigatoriedade da mesma e da sua inserção na formação geral dos currículos do ensino secundário. Agora, com o alargamento da escolaridade obrigatória até ao 12º ano, mais serão os jovens que por força das circunstâncias hão-de beneficiar dos ensinamentos da filosofia.

Para nos pronunciarmos sobre as coisas, para reflectir e problematizar, é necessário que cada indivíduo desenvolva a sua dimensão crítica e a sua responsabilidade ética. A identidade pessoal e a responsabilidade social advêm de um consentimento mais ou menos informado e estas posições só se podem suportar numa aprendizagem séria sobre o nosso lugar no mundo e respectiva relação com os outros:

“a disciplina de filosofia deverá, pois, promover condições que viabilizem uma autonomia do pensar indissociável de uma apropriação e posicionamento críticos face à realidade dada, que passa por pensar a vida nas suas múltiplas interpretações” (ib.: 5).

Pensar a vida não é o mesmo que assimilar a vida por outros pensada e por outros interpretada. O exercício da autonomia implica que se aprenda a interpretar, pelo que o esforço de cada um ante um texto, uma obra de arte, um filme, um documentário, uma inovação tecnológica, um dilema ético... não se compadece com a repetição de argumentos alheios, mais ou menos consensuais, a favor ou contra esta ou aquela matéria.

São cinco as grandes finalidades que nos são propostas para o ensino da filosofia: a) exercício pessoal da razão; b) formulação do projecto de vida próprio; c) desenvolvimento de um pensamento ético-político; d) desenvolver a sensibilidade cultural e estética; e) tomada de posição sobre o sentido da existência (ib.: 8). À medida que se vai crescendo, aumentamos a visão do mundo e ficamos mais conscientes das nossas possibilidades e dos nossos limites. Aprendemos a viver com os outros sob regras que nos são inculcadas na domesticação da nossa vontade individual à vida em sociedade. A ética torna-nos conscientes do lugar que ocupamos e a política harmoniza as diversas vontades sob a autoridade da lei. A cultura, na sua dimensão de património acumulado, mostra-nos como os nossos antepassados, cooperando uns com os outros, sem perder de vista a finalidade social, pelo poder da imaginação particularizaram os factos brutos da natureza, recortando-os de múltiplas

maneiras e sujeitando-os a novas interpretações, dando outras formas àquilo que foram encontrando: artística, científica, religiosa....

A filosofia promove a autonomia pelo uso esclarecido da razão. Os objectivos gerais que o programa de Filosofia traça são colocados em três domínios, a saber: a) domínio cognitivo; b) domínio das atitudes e valores; c) domínio das competências, métodos e instrumentos (cf. ib.: 9-10). Se bem que haja uma necessária inter-ligação entre os três domínios, a promoção da autonomia pessoal e social aparece explicitada, quanto ao domínio cognitivo, no segundo objectivo geral que aponta para “Reconhecer o contributo específico da Filosofia para o desenvolvimento de um pensamento informado, metódico e crítico e para a formação de uma consciência atenta, sensível e eticamente responsável”. Este desígnio deve particularizar-se no desenvolvimento de “um pensamento autónomo e emancipado que, por integração progressiva e criteriosa dos saberes parcelares, permita a elaboração de sínteses reflexivas pessoais, construtivas e abertas”, bem como no desenvolvimento de “uma consciência crítica e responsável que, mediante a análise fundamentada da experiência, atenta aos desafios e aos riscos do presente, tome a seu cargo o cuidado ético pelo futuro”.

Em nossa opinião, é no domínio das atitudes e dos valores que a Filosofia desempenha um papel inigualável no sistema educativo. É com ela que se promovem hábitos e atitudes fundamentais, como o trabalho autónomo, o discernimento crítico da informação, a necessidade de regermos os nossos comportamentos por princípios éticos unanimemente aceites, a extensão e os limites de valores essenciais para a afirmação da autonomia e o exercício da cidadania: liberdade, responsabilidade, direitos humanos, avanço tecnológico, consciência ecológica, respeito pelo outro, justiça, equidade, diversidade, solidariedade, tolerância, participação comunitária... É, assim, com a Filosofia que se desenvolve e sedimenta um quadro “coerente e fundamentado de valores” no domínio da ética, da estética, da vivência social, política e religiosa. Nenhum outro espaço curricular ocupa, nem pode ocupar, de forma honesta e responsável, esta formação do ser humano que se interroga e quer, deseja e sente, dando-lhe uma razão de ser pela abertura do indivíduo àquilo que está na sua essência, que se pode definir como a imperiosa necessidade de conhecer revelada por todos os indivíduos.

3. Ensino da Filosofia e promoção da autonomia

a) 10º ano de escolaridade

É no ponto dois do programa de Filosofia designado “A Acção Humana e os Valores” que esta disciplina é mais incisiva na promoção da Autonomia pessoal e social. Por um lado, os alunos, numa fase “complicada” do seu desenvolvimento psicossocial são confrontados com uma nova rede conceptual que os obriga a repensar a maior parte daquilo que até então davam como adquirido quanto às intenções e às finalidades das suas acções.

Com frequência, nestas idades possuem um discurso onde aquilo que de menos bom lhes acontece é sempre culpa dos outros: se se dizem ateus apregoam o ateísmo mesmo nada sabendo

sobre ele; se são ocidentais, condenam os orientais pela maneira de ser e de viver que nada têm do modelo europeu; se são democratas, criticam os regimes onde a “sua” democracia não se aplica... ou seja, vivem num mundo de pré-conceitos e ideias feitas. Afirmam e negam porque sim... porque ouvem dizer... sem questionarem as razões de ser das posições que assumem. A matéria da Filosofia é de facto, de uma maneira geral, acessível apenas aos indivíduos que se encontrem, segundo Piaget, no último estágio de desenvolvimento cognitivo, o operatório formal, que se alcança entre os 12 e os 16 anos, isto porque só neste nível se ganha a capacidade de abstracção que permite o raciocínio hipotético-dedutivo, isto é, para pensar deixa de ser necessário um contacto com a realidade.

Até estas idades os diversos responsáveis pela educação dos indivíduos, nomeadamente os mais poderosos, isto é a escola e a família, vão incutindo em cada um uma série de regras e normas que consideram ser as mais correctas para o desenvolvimento pessoal e a vida societária. O indivíduo, por norma, nas fases anteriores de desenvolvimento toma como certo aquilo que lhe garante a segurança e considera como inimigo ou “inferior” tudo aquilo que leva os mais velhos a pronunciarem-se de forma negativa. Agora, não só vê as diferenças como começa a valorizá-las a partir da sua especificidade. Apercebe-se que na humanidade é mais aquilo que nos une do que aquilo que nos separa. As diferenças de sexo, cor, raça... passam a ser consideradas num espectro alargado onde as vivências se cruzam e a cooperação ganha novo sentido.

A Filosofia, então, no campo da acção humana e dos valores vai fornecer, porventura pela primeira vez na educação em Portugal, uma ideia de unidade e um forte sentido da interdependência. Ao colocar o indivíduo em confronto consigo mesmo, ajuda-o a descobrir nos outros um seu semelhante, mesmo que viva e esteja integrado numa organização social diferente da sua. Começa, também, a perceber que as mudanças pessoais e sociais, resultam de uma forte vontade de partilhar as ideias comuns e de afirmar o direito à compreensão e à tolerância.

Com esta unidade os indivíduos começam a perceber em que medida e dimensão os valores variam em função de cada um e do meio em que é educado, nomeadamente da cultura que embrenha toda a sua educação. Os valores, por si, não são bons nem maus: boa ou má é a maneira como entendemos e como orientamos as nossas preferências. O mesmo se passa com as regras morais, as quais se prendem com os valores e se ligam directamente à cultura e comunidade em que somos educados: o que para uns povos é imoral, para outros é a regra de uma boa conduta e vice-versa.

A dimensão estética e a dimensão religiosa são também duas áreas promotoras da autonomia: por um lado porque aumentam o conhecimento dos indivíduos respondendo a preocupações existenciais específicas: o que é a estética, o gosto, a arte, o belo, o sublime... ou o que é a religião, a transcendência, a imanência, a representação do divino, o dogma, a razão, a tolerância, a fé... por outro, porque respondem, de maneira única, a campos de interrogação humana de forma racional, coerente e informada.

Pena é que o actual programa dê a possibilidade de escolher para leccionar ou a Estética ou a Religião: logo duas das mais importantes e fundamentais configurações da experiência humana.

Somos da opinião de que o sistema educativo deve responder a todas as interrogações do ser humano e a matéria de que tratam estes dois capítulos são assuntos que preocuparam, estão a preocupar e continuarão a preocupar a esmagadora maioria dos seres humanos, estejam onde estiverem, façam o que fizerem. É, mais uma vez, o pragmatismo positivista do ensino e da educação a impor as suas regras... reduzir as preocupações, para aumentar as obrigações.

A filosofia é, assim, indispensável para promover a autonomia individual e social, pois põe o indivíduo em contacto com tudo aquilo que mais lhe interessa, obrigando-o a criticar, a rever aquilo que tem por certo, a fundamentar opiniões, a criticar teorias e argumentos, na assunção de uma atitude responsável e livre. Desta forma, ajuda-o a tomar consciência de que os factos, por terem um grau incontestável de evidência, não se discutem, mas as teorias, as opiniões, as ideias, devem ser sistematicamente sujeitas ao crivo da crítica e da contra análise. Só pelo uso de uma razão esclarecida podemos evitar os autoritarismos e a opressão física e mental de que os povos, num lado ou noutro, são vítimas ao longo dos séculos.

Os decisores preferem ter cidadãos amorfos a indivíduos participativos. O seu interesse é que assimilem sem criticar, baseados na ideia de que há saberes produtivos (ciências naturais, física, matemática...) e saberes reprodutivos (história, literatura, filosofia...). Aos primeiros dão grande importância, aos segundos nem por isso. Aceitam a literatura e a história, mas acham que o conhecimento filosófico é uma perda de tempo e um esforço acrescido para quem tem já tanto que fazer com a repetição de saberes considerados úteis para a manipulação material do quotidiano, mas totalmente inúteis para a compreensão de cada um e do seu lugar no universo. Talvez consigamos produzir mais e melhor, criar mais riqueza e bem estar material, mas esse trabalho para nada nos servirá se nos afastar da nossa essência e da necessária interrogação sobre o sentido da vida. Como dizia Rousseau, é verdade que “podemos ser homens sem sermos sábios”, mas não poderemos nunca ser verdadeiramente humanos no desconhecimento da Humanidade e do nosso lugar no seio da mesma.

b) 11º ano de escolaridade

A partir da natureza da disciplina de Filosofia e da sua integração no currículo do 11º ano consideram-se essencialmente dois eixos de formação, os quais visam desenvolver a autonomia e a participação dos alunos na realidade social. Esses dois eixos são: (i) o rigor da linguagem, o qual tem em consideração o processo discursivo do pensamento; (ii) a análise/compreensão da realidade apreendida. Assim, a disciplina de Filosofia, no âmbito da componente de formação geral, surge com a finalidade de promover um pensamento que saiba problematizar, reflectir e criticar. Neste contexto, o que sobressai é um paradigma filosófico-educacional que é claro nas suas intenções. Considere-se a seguinte passagem:

“...uma concepção de Filosofia como uma actividade de pensar a vida e não como um mero exercício formal; ou seja, preconiza uma concepção de Filosofia que a articula com o exercício pessoal da razão, desenvolvendo uma atitude de suspeita, crítica, sobre o

real como dado, mas, ao mesmo tempo, a determina como um posicionamento compreensivo, integrador e viabilizador de uma transformação do mundo” (Almeida, 2001: 6).

A apreensão da realidade, bem como do mundo em que o ser humano está inserido, só é eficazmente possível a partir de uma atitude responsável. A responsabilidade de cada um depende do seu grau de liberdade para agir. Porém, a acção só pertence ao agente na medida em que este exerce a sua autonomia num quadro de participação efectiva da vida em sociedade. O Programa do 11º ano de Filosofia permite que o professor desenvolva um trabalho que promova a autonomia e a participação efectiva dos alunos, pois, os temas/conteúdos a leccionar abrem um leque de possibilidades para esse mesmo fim. Os grandes temas/conteúdos são três, a saber: *Racionalidade Argumentativa e Filosofia; O Conhecimento e a Racionalidade Científica e Tecnológica; Desafios e Horizontes da Filosofia*.

Sendo a linguagem, através do discurso, a expressão do pensamento, então é premente formar alunos/cidadãos que saibam *analisar uma problemática; que entendam num discurso o percurso argumentativo, explorando possíveis objecções e refutações; que confrontem diferentes teses; e que assumam uma posição pessoal sobre a questão em causa*. É precisamente neste sentido que o Programa de Filosofia identifica como finalidades, entre outras, duas fundamentais: (i) a importância de instrumentos necessários para o exercício pessoal da razão; e as (ii) mediações conducentes a uma tomada de posição sobre o sentido da existência.

O Programa do 11º ano de Filosofia sublinha de um modo bastante pertinente a questão dos objectivos gerais, considerando para isso os diferentes domínios de aplicação: domínio cognitivo, domínio das atitudes e dos valores e domínio das competências, métodos e instrumentos. É justamente da articulação entre estes diversos domínios que, de acordo com Boavida, se devem definir os objectivos filosóficos:

“O desejável é que o jovem ganhe consciência crítica face ao lugar e à circunstância e venha a ser capaz de pensar filosoficamente sobre ambos. Que saiba posicionar-se face às situações problemáticas, as saiba racionalizar e integrar em esferas de compreensão mais gerais e abstractas, isto é, em sínteses racionais coerentes” (Boavida, 2010: 169).

Lebrun apresenta uma proposta sobre a concepção do processo de aprendizagem, a qual assenta em cinco categorias: (i) motivar-se; (ii) informar-se; (iii) activar-se; (iv) interagir; (v) produzir. Assim, a primeira categoria (motivar-se) está “directamente relacionada com a realidade, a vivência, as exigências, as necessidades, de maneira a provocar um empreendimento e controlo do aluno [...] e a preparar as etapas ulteriores de confrontação, de questionamento, de acomodação” (Lebrun, 2008: 49). Este é precisamente um dos objectivos gerais do Programa de Filosofia do 11º ano no âmbito do domínio das competências, métodos e instrumentos: “Iniciar às competências específicas de problematização, conceptualização e argumentação”. A segunda e a terceira categorias (informar-se e activar-se) estão preocupadas com o surgimento de novas informações na realidade já existente,

as quais muitas vezes são identificadas como “perigos do *surf* de superfície” (ib.: 50). Daí a urgência de ensinar os estudantes a construir ferramentas que permitam uma pesquisa de informações, confronto de ideias, estruturação do discurso, as quais visem uma autonomia plena da pessoa. É neste contexto que se deve enquadrar o contributo específico da disciplina de Filosofia do 11º ano, pois o Programa, ao nível do domínio cognitivo, trabalha com a intenção de desenvolver um pensamento informado, metódico e crítico. Pretende-se a formação de uma consciência atenta, sensível e eticamente responsável. No que se refere à quarta categoria (interagir), Lebrun entende que se trata “de ultrapassar a noção de método pedagógico no sentido usual – a receita, a forma de fazer do discente, a maneira de apresentar o saber – para conseguir tornar o saber em verdadeiro substrato para o aluno e o resultado do processo de aprendizagem” (ib.: 51). Mais uma vez, o Programa de Filosofia do 11º ano no âmbito do domínio das competências, métodos e instrumentos contempla esta temática, quando assume a necessidade de “Ampliar as competências básicas de discurso, informação, interpretação e comunicação” (Almeida, 2001: 10), bem como “Iniciar às competências de análise e interpretação de textos e à composição filosófica” (ib.). Por último, a quinta categoria (produzir) visa a concretização progressiva de um projecto pessoal: “Trata-se [...] de uma fase de recontextualização em que o aluno constrói «qualquer coisa de pessoal» graças às tendências, aos modelos e às teorias construídos anteriormente, aplicando os seus recentes conhecimentos em novos problemas” (Lebrun, 2008: 52). O Programa do 11º ano de Filosofia é claro quando, neste preciso sentido, afirma:

“...consideramos que o ensino da Filosofia se deve recortar de um conjunto de finalidades que proporcione um suporte de trabalho reflexivo a todos os níveis da vida e do viver. Neste contexto, e porque não há autonomia do pensar que se constitua a partir do indiferentismo, ou sem enraizamento sócio-político-cultural, e sem o domínio do discurso, da compreensão dos seus vários tipos e das suas possibilidades de verdade ou verosimilhança, preconizamos que a consumação da intencionalidade estruturante da Filosofia, no ensino secundário, obriga a equacionar com o mesmo grau de importância, objectivos dos domínios cognitivo, das atitudes e valores e das competências, métodos e instrumentos” (Almeida, 2001: 6-7).

Referências bibliográficas

- AA VV (1995). *Philosophica. Ensino da Filosofia-Filosofia do Ensino*, nº 6.
- AA VV (1996). *Enseñanza de Filosofía em educacion secundaria*. Madrid: RIALP.
- Almeida, M. M. (coord.) (2001). *Programa de Filosofia 10º e 11º anos. Cursos Científico-Humanísticos e Cursos Tecnológicos. Formação Geral*. Lisboa: Ministério da Educação – DES.
- Bernardo Carrasco, J. (2005). *Una didáctica para hoy* (2ª Ed.). Madrid: RIALP.
- Boavida, J. (1991). *Filosofia, do ser e do ensinar*. Coimbra: INIC.
- Boavida, J. (2010). *Educação filosófica*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

- Casulo, J. C. (1993). "A filosofia nos liceus portugueses (período monárquico-constitucional)". *Revista Portuguesa de Filosofia*, 49, 219-242.
- Fey, E (1978). "Ensino da Filosofia em Portugal". *Brotéria. Cultura e Informação*, 107 (1), 19-36; (2-3), 191-208; (4), 278-295, (5), 419-454.
- Fragata, J. (1986). "A filosofia e o saber". *Revista Portuguesa de Filosofia*, tomo XLII, 1-2, 3-15.
- Henriques, F.; Botelho, M. C. & Gonçalves, J. C. (2001). *O ensino da filosofia: figura e controvérsias*. Lisboa: Centro de Filosofia U. Clássica.
- Lebrun, M. (2008). *Teorias e Métodos Pedagógicos para Ensinar e Aprender*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Medeiros, E. O. (2002). *A filosofia na educação secundária: uma reflexão no contexto da reforma curricular e educativa*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores.
- Medeiros, E. O. (2007). *A filosofia como centro do currículo na educação ao longo da vida*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Nogueira, L. M. (2008). *A filosofia no espaço escolar*. Lisboa: UCL – Fac. Letras / Dep. Filosofia [tese doutoramento].
- Ribeiro, I. (1998/99). "Filosofia e ensino secundário em Portugal", in *Revista da Faculdade de Letras - série de Filosofia*, II série, vol. XV-XVI. Porto, 391-497.
- Santos, T. (1975). *Da filosofia no liceu*. Lisboa: Seara Nova.

Legislação

Lei nº46/86, de 14 de Outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo).